
**RELATÓRIO MENSAL DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CONSELHEIRO LAFAIETE – JULHO DE 2013****1. Introdução**

O Controle Interno da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete no exercício de suas atribuições, notadamente, as estabelecidas nos artigos 70 e 74 da Carta Magna, bem como na Resolução nº 002, de 04 de maio de 2001, alterada pela Resolução nº 005, de 12 de maio de 2006, e em obediência ao estabelecido na alínea “a”, do inciso XI, do art. 5º, da Instrução Normativa nº 08/2003, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (a referida alínea foi acrescida pela Instrução Normativa nº 06/2004, e o referido inciso foi renumerado pela Instrução Normativa nº 04/2005), passa a emitir relatório de controle interno referente ao mês de julho de 2013, com vistas ao efetivo gerenciamento e fiscalização interna dos atos administrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, praticados durante o referido mês. Contudo, como ocorreu nos exercícios anteriores e vem ocorrendo no presente exercício, não foi possível obter informação junto à Contabilidade da Prefeitura Municipal a respeito da Receita Corrente Líquida do Município, o que inviabiliza a verificação da observância aos limites constitucionais que tem como base o valor de tal receita. Sendo assim, os relatórios mensais serão emitidos sem a informação a respeito da Receita Corrente Líquida, visando garantir a materialização do controle preventivo e concomitante à execução orçamentário-financeira, ressaltando que tal controle vem sendo realizado, também, no que diz respeito ao acompanhamento de perto de todos os atos administrativos produzidos no âmbito do Poder Legislativo, especialmente os que têm reflexos financeiros. Na medida em que formos obtendo as informações sobre a Receita Corrente Líquida verificaremos o limite de gastos com pessoal e produziremos adendos aos respectivos relatórios.

Ressalte-se, ainda, que o presente relatório se norteará pelas disposições contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2001, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal; e na já mencionada Resolução nº 002, de 04 de maio de 2001, que instituiu o Controle Interno da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, que estabelece, dentre outras atribuições, os exames dos procedimentos administrativos de realização de despesa, em qualquer das suas fases (empenho, liquidação ou pagamento), verificando sua adequação às normas legais pertinentes; dos procedimentos administrativos de efetivação da receita, em qualquer das suas fases, verificando sua conformidade à legislação vigente; e dos procedimentos administrativos de contabilização dos atos e fatos administrativos, verificando sua regularidade em face das normas contábeis e orçamentárias determinadas em lei.

Em harmonia com a referida Resolução, no exame dos procedimentos administrativos da realização da despesa, as atividades que o Controle Interno desenvolveu para a emissão do presente relatório consistiram, principalmente, em verificar se foram satisfeitas todas as exigências legais quanto aos empenhos; em certificar a liquidação das despesas; em constatar a efetivação dos pagamentos junto à Tesouraria. Já, no que tange ao exame dos procedimentos administrativos de contabilização dos atos e fatos administrativos, as atividades desenvolvidas na emissão do presente relatório consistiram, principalmente, em verificar a procedência dos lançamentos contábeis efetuados; em observar a regularidade da escrituração contábil em face dos preceitos legais pertinentes; em examinar o cumprimento das formalidades legais, nos

COMISSÃO PERMANENTE DE

CONTROLE INTERNO

prazos previstos em lei, quanto à elaboração e encaminhamento dos relatórios contábeis exigidos pelos órgãos de Controle Externo da Administração.

Por fim, o presente relatório, em conformidade com os preceitos constitucionais, visa comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial na Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, bem como o respeito aos limites constitucionais e legais impostos para a realização de despesas em prol da gestão responsável, tendo sido emitido pautando-se pelos aspectos contidos no art. 14 da Instrução Normativa nº 10/2008, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em que pese esta tratar das contas anuais prestadas pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal, pois, tais aspectos devem ser levados em conta ao longo de toda a gestão, fazendo com que o seu controle, de fato, ocorra concomitante à sua realização.

2. Relatório

2.1. Inciso I, do art. 14, da Instrução Normativa nº 10/2008 – Avaliação dos resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

2.1.1. Da Gestão Orçamentária

A Lei Municipal nº 5.482, de 17 de dezembro de 2012, que estimou a receita e fixou a despesa para o exercício financeiro de 2013, determinou a previsão orçamentária para a função Legislativa, especificamente à Câmara Municipal, em R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais). De acordo com o balancete da receita de julho de 2013, o valor repassado dentro do prazo constitucional à Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete foi de R\$ 441.723,49 (quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e vinte e três reais e quarenta e nove centavos), tendo sido, portanto, observado o preceito constitucional contido no art. 168 da Carta Magna, a saber, que “os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º”, bem como foi respeitado o disposto no §2º, do art. 29-A, também da Carta Magna. Contudo, observa-se que houve uma adequação no valor do duodécimo, que até o mês de abril era de R\$ 458.333,33 (quatrocentos e cinquenta e oito mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), pois, ao se ter acesso à prestação de contas referente ao exercício de 2012 constatou-se que o valor fixado na lei orçamentária vigente extrapola o valor limite da despesa com o Poder Legislativo, conforme consideraremos ainda neste item, o que tornou necessária a sua adequação, uma vez que a apuração deste se dá através da verificação do valor total repassado à Câmara Municipal, segundo critério adotado pelo TCEMG.

Além da receita extraorçamentária proveniente do repasse verificou-se um valor de R\$ 58.309,00 (cinquenta e oito mil trezentos e nove reais), também dessa natureza, cuja composição é proveniente das retenções obrigatórias na fonte, como INSS e IRRF, bem como de empréstimos sob consignação junto à Caixa Econômica Federal, de responsabilidade dos servidores e vereadores desta Casa, e contribuição partidária.

Outrossim, de acordo com a Lei Municipal supramencionada, o valor autorizado para a despesa orçamentária com a função Legislativa foi fixado em igual montante ao previsto para o repasse à Câmara Municipal, porém, conforme já mencionado, o valor do repasse sofreu adequação, devendo as despesas mensais ocorrer tendo em mente esta adequação e, por consequência, o valor a ser repassado em

COMISSÃO PERMANENTE DE

CONTROLE INTERNO

forma de duodécimo, a saber, o já mencionado valor de R\$ 441.723,49 (quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e vinte e três reais e quarenta e nove centavos). A despesa orçamentária executada no mês em referência foi de R\$ 450.918,91 (quatrocentos e cinquenta mil novecentos e dezoito reais e noventa e um centavos), portanto, ultrapassou a previsão orçamentária para o mês.

É sempre relevante lembrar que o limite percentual do total da despesa do Poder Legislativo, no caso da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, é de 6% (seis por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, todos da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior. Isto significa que o Poder Legislativo Municipal poderá alcançar com o total de suas despesas, excluídos os gastos com inativos, o valor de R\$ 5.367.121,20 (cinco milhões trezentos e sessenta e sete mil cento e vinte e um reais e vinte centavos), valor este resultante da aplicação do limite de 6% (seis por cento) sobre o valor de R\$ 89.452.019,97 (oitenta e nove milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil e dezenove reais e noventa e sete centavos), que foi o somatório da receita definida pelo referido dispositivo constitucional, efetivamente realizado no exercício anterior, de acordo com a Prestação de Contas Anual do Município de Conselheiro Lafaiete – exercício 2012 –, no anexo referente à Arrecadação Municipal conforme art. 29-A da Constituição Federal (cópia anexa). Com esta informação em mãos, tornou-se mister a adequação do valor do duodécimo, uma vez que o valor mensal que vinha sendo repassado superaria o limite acima mencionado, segundo critério adotado pelo TCEMG. Em que pese discordarmos deste critério de apuração que, a nosso ver, não reflete com exatidão o preceito constitucional, pois, na prática, o TCEMG não excluiu as despesas com inativos ao considerar o repasse efetuado, pura e simplesmente, como sendo o total da despesa do Poder Legislativo, não fazendo qualquer diferenciação da natureza das despesas e, conseqüentemente, considerando o valor total repassado como despesa efetivamente realizada, compreendemos que a adequação efetuada, ainda que excessiva, se revela uma medida conveniente e preventiva, segundo tal critério prevalecente.

2.1.2. Da Gestão Financeira

A gestão financeira dos recursos foi realizada dentro de critérios de austeridade, aguardando a efetivação do repasse para, depois, realizar as despesas. Não houve a necessidade de limitação de empenho tendo em vista que a meta referente ao repasse foi atingida, tendo sido o duodécimo repassado conforme previsto e dentro do prazo constitucional. Contudo, considerando apenas a receita (o repasse do duodécimo) e a despesa (pagamentos efetuados) executados no mês, constatou-se que houve um déficit de R\$ 9.195,42 (nove mil cento e noventa e cinco mil e quarenta e dois centavos), que acabou sendo diluído pelo superávit acumulado durante o exercício, demonstrando, assim, que uma gestão financeira eficaz é de suma importância na manutenção do equilíbrio nos gastos públicos.

Outrossim, conforme se verifica pelo Cronograma de Desembolso Financeiro em anexo e conforme já foi mencionado no item anterior, o valor total da despesa do Poder Legislativo, aplicando-se o percentual constitucional de 6%, poderá ser de até R\$ 5.367.121,20 (cinco milhões trezentos e sessenta e sete mil cento e vinte e um reais e vinte centavos), excluídos os gastos previstos com inativos, a saber, R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Sendo assim, o gasto mensal da Câmara Municipal permitido pelo limite constitucional, excluído o valor despendido com os inativos, é de no máximo R\$ 447.260,01 (quatrocentos e quarenta e sete mil duzentos e sessenta reais e um centavo), tendo sido verificado um gasto de R\$ 437.870,30 (quatrocentos e trinta e sete mil oitocentos e setenta reais e trinta centavos), ou seja, os R\$ 450.918,91 (quatrocentos e cinquenta mil novecentos e dezoito reais e noventa e um centavos) da despesa total, menos R\$ 13.048,61 (treze mil e quarenta e oito reais e sessenta e um centavos), por ser este valor referente aos gastos com inativos a serem excluídos. O saldo apurado pela diferença entre os R\$ 447.260,01

COMISSÃO PERMANENTE DE

CONTROLE INTERNO

e os R\$ 437.870,30 totaliza R\$ 9.389,71 (nove mil trezentos e oitenta e nove reais e setenta e um centavos), o que demonstra que a despesa realizada está dentro dos limites da despesa autorizada constitucionalmente.

Ficou ainda constatado um saldo bancário no mês em análise no valor de R\$ 783.294,70 (setecentos e oitenta e três mil duzentos e noventa e quatro reais e setenta centavos). Tal saldo é constituído pelos valores depositados nas três contas bancárias que a Câmara Municipal mantém junto à Caixa Econômica Federal, sendo uma delas a principal, cujo saldo é de R\$ 206.021,25 (duzentos e seis mil e vinte e um reais e vinte e cinco centavos), uma segunda, também corrente, aberta e mantida por determinação legal para atender especificamente ao regime de adiantamento, cujo saldo é de R\$ 21.329,11 (vinte e um mil trezentos e vinte e nove reais e onze centavos), e uma terceira, cuja abertura foi determinada pelo Presidente da Câmara, conforme Ordem de Serviço nº 045, de 16 de abril de 2013, do tipo caderneta de poupança, visando a aplicação dos recursos financeiros disponíveis, cujo saldo é de R\$ 555.944,34 (quinhentos e cinquenta e cinco mil novecentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos). A Conciliação Bancária demonstra que o saldo no extrato bancário da conta principal é de R\$ 206.244,85 (duzentos e seis mil duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), uma vez que a saída registrada na contabilidade de R\$ 223,60 (duzentos e vinte e três reais e sessenta centavos) não havia, ainda, sido considerada pelo banco, assim como ocorreu no mês anterior. Vale também ressaltar que se encontra incluso no saldo bancário o valor de R\$ 29.667,85 (vinte e nove mil seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), referente ao saldo da disponibilidade de caixa destinada a cobrir despesas do exercício anterior, devidamente inscritas em restos a pagar.

Portanto, restou demonstrada no mês em análise uma gestão financeira responsável, desde o planejamento, tendo em vista ter atendido os preceitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, que orientam a não gastar mais que os recursos arrecadados, ficando comprovada a eficácia da gestão financeira, bem como a eficiência nos resultados obtidos.

2.1.3. Da Gestão Patrimonial

Neste aspecto, verificou-se a manutenção do cadastro dos bens do patrimônio municipal sob competência administrativa da Câmara Municipal, utilizando-se plaquetas modernas e seguras, que contêm, inclusive, código de barras para leitor óptico, cuja tecnologia ainda não fora implantada, sendo mantido o controle físico.

Verificou-se que o Setor responsável manteve atualizada a localização de tais bens, emitindo termos de responsabilidade, além de estar sendo efetivada a já mencionada implantação de controle patrimonial informatizado. No almoxarifado toda movimentação foi realizada por meio de sistema de controle de estoques físico e financeiro, efetivando-se inventários periódicos. Outrossim, as saídas somente se efetivaram com a apresentação pelos Setores da Câmara das requisições de materiais, conforme estabelece o Manual de Controle Interno.

Com relação ao veículo oficial da Câmara, seu uso ocorreu com estrita observância à Resolução nº 001, de 26 de março de 2008, conforme se verifica nos arquivos de requisições e autorizações de uso, referentes ao mês em análise, bem como foi elaborado o mapa unitário de quilometragem, consumo de combustível e gastos com a reposição de peças e consertos, conforme determina o art. 16 da mencionada Resolução. Outrossim, a informação quanto ao seu uso foi regularmente repassada ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais por meio do SICOM.

Conforme foi mencionado no relatório do mês anterior, o veículo oficial foi substituído por meio de permuta, tendo ocorrido efetivamente a baixa do veículo anterior e a incorporação do atual veículo

COMISSÃO PERMANENTE DE

CONTROLE INTERNO

no patrimônio da Câmara no mês em análise, tudo de acordo com as normas patrimoniais e de Contabilidade Pública vigentes.

Durante o mês em análise não houve alienação de bens e, conseqüentemente, não houve obtenção de recursos provenientes de alienação de ativos, bem como os bens adquiridos no seu transcorrer foram devidamente cadastrados, recebendo seus respectivos números de patrimônio.

Ressalte-se que a Comissão, instituída pela Resolução nº 003, de 26 de outubro de 2011, que estabeleceu a realização de levantamento patrimonial visando a sua imediata e correta aplicação, vem cumprindo esta obrigação, sendo os seus trabalhos acompanhado por esta Comissão de Controle Interno.

2.2. Inciso II, do art. 14, da Instrução Normativa nº 10/2008 – Informação quanto à observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar e limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

2.2.1. Restos a pagar

Segundo dispõe o art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, que trata da Responsabilidade na Gestão Fiscal, é vedado ao Titular de poder, nos últimos dois quadrimestres de seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Não ficou constatado, no referido mês, que o Presidente da Câmara veio a contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro de seu mandato, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, ou seja, sem a devida inscrição de despesas em restos a pagar.

2.2.2. Despesa com pessoal

Consideramos como despesa com pessoal as despesas exibidas no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000. O limite legal previsto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê o gasto máximo de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município com pessoal do Poder Legislativo. Outrossim, o art.29-A, §1º, da Constituição Federal, determina que a “Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.” No caso do Legislativo, conforme Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 655.804, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Sessão do dia 21 de novembro de 2001, publicado às fls. 24 do Minas Gerais do dia 27 de novembro de 2001, as obrigações patronais não serão computadas no total de gasto com sua folha de pagamento. Tal Incidente precedeu a Súmula nº 100 do TCEMG que assim dispõe: “a folha de pagamento da Câmara Municipal, incluindo o gasto com o subsídio de seus Vereadores, para fins de apuração do limite preceituado no §1º do art. 29-A da Constituição da República, não compreende os gastos com inativos, os encargos sociais e as contribuições patronais”.

Para a análise do limite estabelecido no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal há a necessidade de identificar o total dos gastos com pessoal, somando-se a despesa dessa natureza realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, bem como há a necessidade da obtenção da receita corrente líquida do Município referente ao mesmo período. Contudo, a Prefeitura ainda não repassou tal informação à Câmara, o que inviabiliza a verificação do limite neste relatório. Diante disso, assim que obtivermos esta informação, a análise do limite se dará por meio de adendo ao presente relatório.

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTROLE INTERNO

Com relação ao limite do §1º, do art. 29-A, da Constituição Federal, passamos a identificar o total dos gastos com a folha de pagamento, levando-se em consideração o Incidente de Uniformização de Jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, supramencionado, conforme se segue:

DESPESAS:

3.1.90.01.00	Aposentadorias e Reformas	R\$13.048,61
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previd. Serv. ou.....	R\$ 93,40
3.1.90.09.00	Salário Família.....	R\$ 0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal (inclusive Subsídio Vereador)....	R\$ 246.328,33
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R\$ 45.901,45
3.1.90.16.00	Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil.....	R\$ 2.584,84

a – Total das Despesas com Pessoal R\$ 307.956,63

DEDUÇÕES:

3.1.90.01.00	Aposentadorias e Reformas	R\$ 13.048,61
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previd. Serv. ou.....	R\$ 93,40
3.1.90.09.00	Salário Família.....	R\$ 0,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R\$ 45.901,45

b – Total das Deduções..... R\$ 59.043,46

DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO (conforme Incidente de Uniformização de Jurisprudência do TCEMG) – valor apurado = “a” - “b” R\$ 248.913,17

Despesa com Folha de Pagamento em Janeiro	R\$ 212.259,74
Despesa com Folha de Pagamento em Fevereiro	R\$ 209.243,65
Despesa com Folha de Pagamento em Março	R\$ 211.265,63
Despesa com Folha de Pagamento em Abril	R\$ 231.274,52
Despesa com Folha de Pagamento em Maio	R\$ 220.996,78
Despesa com Folha de Pagamento em Junho	R\$ 320.197,78
Despesa com Folha de Pagamento no mês em referência	R\$ 248.913,17
TOTAL DA DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO ATÉ O MÊS	R\$ 1.654.151,27

Tendo em vista o valor total dos duodécimos repassados à Câmara Municipal, a saber, R\$ 3.158.503,79 (três milhões cento e cinquenta e oito mil quinhentos e três reais e setenta e nove centavos), verifica-se que o valor total apurado de R\$ 1.654.151,27 (um milhão seiscentos e cinquenta e quatro mil cento e cinquenta e um reais e vinte e sete centavos), referente à despesa com folha de pagamento, representa 52,37% (cinquenta e dois vírgula trinta e sete por cento) da receita supramencionada, portanto, dentro do limite de 70% (setenta por cento). Vale ressaltar que o aumento deste percentual se deu em decorrência do pagamento de metade do décimo terceiro salário aos servidores da Câmara.

Por fim, há ainda, o art. 29, VII, da Constituição Federal, onde estabelece que “o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita

COMISSÃO PERMANENTE DE

CONTROLE INTERNO

do Município”. Contudo, assim como ocorre com o limite do art. 20 da LRF, não temos o total da receita do Município referente ao mês em análise, o que nos impede de efetivar a verificação se houve o respeito, ou não, ao limite do art. 29, VII, da Constituição Federal. Diante disso, assim que obtivermos esta informação esta análise se dará por meio de adendo ao presente relatório.

2.3. Inciso III, do art. 14, da Instrução Normativa nº 10/2008 – Informação quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Conforme foi exposto no item 2.1.3 deste relatório, a Câmara Municipal não obteve recursos provenientes de alienação de ativos durante o período em análise.

2.4. Inciso IV, do art. 14, da Instrução Normativa nº 10/2008 – Indicação do montante inscrito em restos a pagar e saldos na conta “depósitos” de valores referentes a contribuições previdenciárias devidas a instituto ou fundo próprio de previdência, se houver, com avaliação do impacto da inscrição sobre o total da dívida fluante

Os Vereadores e servidores da Câmara Municipal são contribuintes do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, não possuindo fundo próprio de previdência e, por ser início de exercício, bem como por terem ficado demonstradas a eficiência e a eficácia da gestão orçamentária e financeira, não há que se falar em inscrição em restos a pagar no mês em análise, referentes a contribuições previdenciárias devidas ao referido Instituto.

2.5. Inciso V, do art. 14, da Instrução Normativa nº 10/2008 – Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e aqueles repassados ao instituto ou fundo próprio de previdência, se houver

Como já foi dito no item anterior, o pessoal da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete contribui para RGPS, não possuindo fundo próprio de previdência, tendo sido repassados os seguintes valores a título de obrigações patronais ao Instituto Nacional do Seguro Social:

Janeiro.....	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 33.804,83
Março.....	R\$ 36.906,77
Abril.....	R\$ 76.120,89
Maio.....	R\$ 40.567,52
Junho.....	R\$ 716,91
Julho.....	R\$ 45.901,45
Total.....	R\$ 234.018,37

COMISSÃO PERMANENTE DE

CONTROLE INTERNO

2.6. Inciso VI, do art. 14, da Instrução Normativa nº 10/2008 – Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência, se houver, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas

Constatou-se no mês em referência que não há renegociação de dívidas para com o Instituto Nacional do Seguro Social.

2.7. Inciso VII, do art. 14, da Instrução Normativa nº 10/2008 – Informação quanto às providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário, especificando, quando for o caso, as sindicâncias, inquéritos e processos administrativos ou tomadas de contas especiais instauradas no período e os respectivos resultados, indicando números, causas, datas de instauração e de comunicação ao Tribunal de Contas

Não foram constatados danos ao erário, bem como não foi constatada a possibilidade disso ocorrer durante o mês em referência.

3. Conclusão

Em que pese a dificuldade de se obter informações sobre a receita municipal, a Comissão Permanente de Controle Interno vem desenvolvendo um trabalho diário na busca de se preservar os princípios da Administração Pública exibidos no art. 37 da Constituição Federal, mas preservando também os princípios da economicidade e eficácia, analisando contratos, convênios, demais atos administrativos, conduta do gestor e dos servidores, e operacionalidade dos setores da Câmara Municipal. Para a consecução de seus objetivos, a Comissão conta com os importantes instrumentos previstos no art. 8º da LRF, a saber, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme anexo integrante do presente relatório.

Com a emissão do presente relatório, entendemos que resta comprovada a preocupação com o controle concomitante da execução orçamentária da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, apesar da imprecisão e demora das informações referentes à receita corrente líquida do Município. Outrossim, resta comprovada a busca do atendimento às exigências da Instrução Normativa e de todos os mandamentos legais relacionados ao Controle Interno. Com base na verificação dos balancetes da receita e da despesa, acompanhados de suas respectivas documentações, ficaram constatadas a conformidade à legislação vigente com relação aos procedimentos administrativos de efetivação da receita e a adequação às normas legais pertinentes aos procedimentos administrativos de realização de despesa, em todas as suas fases (empenho, liquidação ou pagamento).

COMISSÃO PERMANENTE DE
CONTROLE INTERNO

Por fim, entendemos que não só o controle, como também a gestão, em si, foi eficiente e eficaz, tendo em vista que ficaram evidentes a responsabilidade do gestor, bem como o respeito e o cumprimento dos limites constitucionais e legais.

É o que tínhamos a Relatar.

CONSELHEIRO LAFAIETE, 13 DE AGOSTO DE 2013.

ANDERSON LEONARDO TAVARES

ÉDIA LUCIENE MAGALHÃES DE CARVALHO NETO

ANDERSON HENRIQUES FERREIRA